PROJETO DE LEI Nº 1.170, DE 2007

Altera o art. 143 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para ampliar as hipóteses de vedação da divulgação de nomes de crianças e adolescentes.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

COMPLEMENTAÇÃO DO VOTO DO RELATOR

Encontra-se no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família o Projeto de Lei nº 1.170, de 2007, oriundo do Senado Federal, que trata de alterar o art. 143 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar as hipóteses de vedação de divulgação de nomes de crianças e adolescentes.

De acordo com o teor de tal proposta, a norma de proteção albergada no aludido dispositivo legal passaria a vedar a divulgação de nomes de crianças e adolescentes quando estes constarem em quaisquer atos judiciais, policiais e administrativos relacionados a crimes, contravenções penais ou atos infracionais, amparando-os, dessa feita, inclusive quando forem vítimas dos aludidos ilícitos e não mais somente quando lhes for atribuída a autoria desses atos.

Consultando os dados relativos à tramitação da aludida proposição no âmbito desta Comissão, observa-se que o prazo regimentalmente concedido para oferecimento de emendas se esgotou sem que qualquer uma tenha sido ofertada em seu curso.

Inicialmente, este relator havia se pronunciado pela aprovação da iniciativa em tela no âmbito desta Comissão nos termos de substitutivo proposto com o intuito de se aperfeiçoar a redação original, mormente para se prever sanção para o descumprimento da norma protetiva a ser erigida.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A Deputada Rita Camata, todavia, apresentou voto em separado, manifestando-se contra a modificação do art. 143 do Estatuto da Criança e Adolescente, posto que esse trata dos ATOS que digam respeito à apuração ou denúncia de prática de ato infracional, e não necessariamente de norma específica de proteção.

No entanto, a deputada entende que o objetivo do projeto original, bem como o resguardo das situações distintas levantadas por este relator – *crianças e adolescentes vítimas, as quais não seria recomendável divulgação de seus nomes, apelidos, parentescos, residência, filiação, imagens, etc., e crianças e adolescentes vítimas, as quais se afigura indispensável, inclusive para a sua efetiva proteção tal divulgação* – podem ser contemplados em um novo artigo, desde que inserido no capítulo específico da Lei 8.069, de 1990 que trata das medidas específicas de proteção de crianças e adolescentes, e se preveja ainda pena para o respectivo descumprimento.

Compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do disposto na alínea “t” do inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno desta Casa, pronunciar-se sobre matérias relativas à família, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso às pessoas com deficiência física ou mental.

E, como a modificação legislativa então proposta é assunto que diz respeito à criança e ao adolescente cabe, portanto, a esta Comissão se manifestar sobre o projeto de lei em tela.

Nessa esteira, assinale-se que a proposição ora sob análise revela conteúdo meritório e, sendo aperfeiçoada, merece prosperar.

Com efeito, há que se resguardar no contexto geral da lei todo o processo de apuração do ato infracional, **como já ocorre no âmbito do direito penal dos adultos**, e no que diz respeito à criança ou ao adolescente tal sigilo quanto à sua identidade evita, inclusive, exposição à execração pública, que pode se mostrar injusta comprovada a inocência do acusado, e prejudicial, pois poderá maculá-lo por toda a vida adulta.

Tal objetivo é assegurado pelo que dispõe o art. 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo caput veda a divulgação dos atos judiciais, policiais e administrativos a atribuição de prática de ato infracional e seu parágrafo único, que prevê a vedação da divulgação do respectivo nome, sobrenome, iniciais do nome e sobrenome, apelido, parentesco, residência e filiação, bem como de sua imagem ou fotografia. Portanto, a redação vigente

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

conferida a tal dispositivo é irretocável, como fora assinalado pelo voto em separado, não se mostrando apropriada sua modificação.

No entendimento deste relator, porém, o qual é corroborado pela deputada Rita Camata em seu voto em separado, há que se assegurar proteção similar à expressa no parágrafo único do art. 143 a crianças e adolescentes vítimas de crimes, contravenções penais ou atos infracionais, para a perfeita obediência ao princípio da proteção integral da criança e do adolescente adotada pela legislação brasileira.

Para suprir essa lacuna, consideramos ser necessário incluir novo dispositivo na lei, atendendo ao objetivo do Projeto originado do Senado Federal, mas a ser inserido no Capítulo II do Título II da Lei 8.069/1990, o qual dispõe sobre medidas específicas de proteção, de forma a resguardar crianças e adolescentes vitimizados, sem descaracterizar o art. 143, que normatiza a divulgação dos atos judiciais.

Mencione-se, todavia, que, num exame acurado da matéria, contempla-se duas situações distintas, a saber:

a) crianças e adolescentes vítimas de crime, contravenção penal ou ato infracional em razão do qual, pela sua natureza, não se mostra recomendável a divulgação de seus nomes, apelidos, parentescos, residência, filiação, imagens, fotografias, já que isto poderia submetê-los a vexame ou constrangimento, tal como ocorre, por exemplo, nos delitos contra os costumes (atentado violento ao pudor, estupro, entre outros);

b) crianças e adolescentes vítimas de crime, contravenção penal ou ato infracional em razão do qual, pela sua natureza, a divulgação de seus nomes, apelidos, parentescos, residência, filiação, fotografias, imagens ou dos fatos em si se afigura indispensável para a sua efetiva proteção, conforme se verifica, por exemplo, nos delitos de extorsão mediante seqüestro ou em casos de desaparecimento.

A solução a ser dada pela lei deve levar em conta, portanto, ambas as situações indicadas.

Por um lado, não se pode deixar ao desamparo de proteção quanto ao sigilo de identidade crianças e adolescentes vítimas de crimes, contravenções penais ou atos infracionais que, por sua natureza, possam expô-los a vexame ou constrangimento.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

De outra parte, quando eles são vítimas de extorsão mediante seqüestro ou de outros delitos que os submetam a semelhante condição ou ainda em casos de desaparecimento, a própria situação envolvendo a criança ou adolescente justifica a divulgação e publicidade dos fatos e até mesmo de suas imagens e fotografias em cartazes, jornais, revistas, programas de televisão ou em outros veículos com o propósito de se facilitar a sua localização, devendo a lei em tais situações, portanto, permiti-la. Ora, nelas se poderia considerar até mesmo um absurdo a não divulgação de nomes, fotografias ou imagens da vítima, razão pela qual a norma legal não deve mesmo proibi-las em caráter absoluto, o que estará em plena harmonia com o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

Diante de tais ponderações e ainda das considerações expendidas pela Deputada Rita Camata, entende-se ainda, ser necessário estabelecer sanção apropriada em caso de descumprimento do novo dispositivo, para o qual vinculamos a pena do art. 232, acrescentando parágrafo voltado a tipificar a conduta em questão como infração penal.

Por todo o exposto, reformulamos a manifestação anteriormente proferida no âmbito desta Comissão, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.170, de 2007, nos termos do novo substitutivo ora oferecido cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2009.

Deputado GERALDO RESENDE

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.170, DE 2007

Acresce dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acresce dispositivo à *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente* e dá outras providências, *para inserir medida **específica** de proteção de nome e imagem de crianças e adolescentes.*

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 101-A:

“Art. 101-A. É vedada a divulgação de fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência de criança ou adolescente vítima de crime, contravenção penal ou ato infracional, ou ainda de qualquer ilustração que lhes diga respeito ou se refira a tais fatos de forma a permitir a sua identificação direta ou indiretamente.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a divulgação for necessária para garantir a proteção à integridade física e psíquica da criança ou adolescente ou à preservação de sua vida ou ainda quando houver autorização explícita dos pais ou responsáveis ou de autoridade competente”

§ 2º Incidirá na pena prevista no art. 232 desta lei quem descumprir o determinado neste artigo”

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2009.

Deputado GERALDO RESENDE
Relator